

Tradução Especializada na Área Jurídica

Henrique Miguel Santos Ferreira

Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução

Abril de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução, realizado sob a orientação científica da Prof.^a Dr.^a Karen Bennett.

Agradecimentos

A realização deste relatório só foi possível com o apoio e colaboração de algumas pessoas, às quais dedico este trabalho e deixo os meus agradecimentos:

À minha orientadora de estágio e professora na FCSH, a Professora Doutora Karen Bennett, queria agradecer a sua disponibilidade, paciência e recomendações durante a elaboração do relatório. A produção deste trabalho não teria sido a mesma sem a sua valiosa ajuda.

À Traduquest e ao meu orientador de estágio, Eduardo Costa, que me proporcionou a oportunidade de estagiar e desenvolver enquanto tradutor, os meus sinceros agradecimentos. Agradeço também aos meus colegas na Traduquest, que me acolheram nesta etapa da minha vida e me ajudaram durante o estágio.

Aos meus amigos, os “ki podem”, que estiveram comigo desde a Licenciatura ao Mestrado, que sempre me apoiaram e mostraram disponíveis para me dar conselhos e rever o meu trabalho, um especial obrigado.

À minha família, que eu amo, obrigado por estarem presentes e pelos conselhos, mas em especial: ao meu irmão, que embora fale demasiado alto, se prova o meu maior companheiro, obrigado; e aos meus pais, a quem devo tudo, obrigado por me apoiarem, por estarem sempre lá quando preciso, por serem o meu porto de abrigo.

À Catarina, obrigado por todo o apoio, encorajamento e paciência. Ela acreditou sempre em mim, mesmo quando eu duvidei das minhas capacidades, e foi uma das principais motivações que me levaram a terminar este trabalho. Sem ela este trabalho não existiria.

RESUMO

Tradução Especializada na Área Jurídica

Henrique Ferreira

No presente relatório será abordada a tradução jurídica, uma das maiores áreas de especialização no mundo da tradução, que traz consigo vários desafios, pois, para cada tipo de texto, cada par de línguas, cada regime jurídico e cada setor, há uma escolha a fazer sobre a melhor abordagem a tomar. Este relatório visa analisar as diferentes abordagens a vários tipos de textos, sistemas e as dificuldades de tradução jurídica na combinação de línguas pertinentes (Inglês para Português). Proporcionaremos ainda uma contextualização da tradução jurídica dentro dos estudos de tradução e das diferentes abordagens a tomar na tradução dos vários tipos de textos jurídicos, focando os consequentes desafios para os tradutores de se adaptarem a um mercado em mudanças constantes e de traduzirem textos em que é necessária mediação intercultural, com o objetivo de proporcionar aos tradutores uma ideia sobre como lidar com estes novos desafios.

Palavras-chaves: tradução especializada, tradução jurídica, regimes jurídicos, dificuldades de tradução, estudos de tradução, tipos de texto, mediação intercultural.

ABSTRACT

Specialized Translation in the Field of Law

Henrique Ferreira

This report will focus on legal translation, one of the largest fields of specialization in the world of translation, which entails many challenges, since, for every text-type, every language pair, every legal system and every sector, there are choices to be made about the best approach to take. This report aims to analyze the different approaches to different types of texts and systems and the difficulties of legal translation in the pertinent language combination (English to Portuguese). Additionally, this report will provide contextualization of legal translation within translation studies and of the different approaches to take while translating several types of legal texts, focusing on the subsequent challenges to translators of adapting to the constant changes of the translation market and translating texts that require intercultural mediation, with the objective of providing translators with an idea of how to deal with new challenges.

Keywords: technical translation, legal translation, cybercrime, legal systems, translation challenges, translation studies, text-types, intercultural mediation.

Índice

Introdução	1
1. Descrição da Experiência de Estágio.....	3
1.1 Descrição da empresa.....	3
1.2 Descrição do Estágio e Métodos de Trabalho	5
2. Tradução Jurídica	8
2.1 A tradução técnica no âmbito dos estudos de tradução.....	8
2.2 A tradução jurídica no âmbito dos estudos de tradução	12
2.3 Diferença entre tradução de diferentes tipos de textos.....	18
2.4 Tradução jurídica para públicos-alvo com diferentes níveis de conhecimentos	20
2.5 Especificidades de tradução de diferentes regimes jurídicos.....	21
2.6 Análise das dificuldades de tradução.....	25
3. Tradução jurídica no setor de cooperação internacional	34
3.1 O papel do tradutor jurídico como mediador intercultural	34
Conclusão.....	38
Bibliografia	40
Anexos.....	42

Introdução

No presente relatório será abordada a tradução jurídica, uma das maiores áreas de especialização no mundo, que traz consigo vários desafios, pois, para cada tipo de texto, cada par de línguas, cada regime jurídico e cada setor, há uma escolha a fazer sobre a melhor abordagem a tomar. Este relatório visa analisar as diferentes abordagens a vários tipos de textos, sistemas e as dificuldades de tradução jurídica na combinação de línguas pertinentes (Inglês para Português).

Primeiramente, será feita uma descrição da empresa Traduquest, Eduardo Costa LDA, onde o estágio de 3 meses se realizou. A empresa tem uma equipa de oito tradutores internos, experientes na tradução de várias áreas técnicas, e cuja experiência e disponibilidade durante todo o processo de aprendizagem contribuíram fortemente para o meu desenvolvimento enquanto tradutor técnico.

Serão ainda descritos os vários programas informáticos com os quais a empresa trabalha regularmente e os métodos de tradução da empresa, assim como as suas influências, tanto negativas como positivas no processo de tradução e no resultado final. Será ainda abordado o método utilizado para me ensinar e integrar na equipa para que pudesse produzir trabalhos de qualidade a uma velocidade consistente. Deste modo, irei debater sobre as diferenças entre as expectativas criadas pela educação formal em tradução e as realidades experienciadas.

Em seguida, o relatório focar-se-á na tradução jurídica de inglês para português, área que foi escolhida devido à participação num projeto de tradução jurídica de grande escala envolvendo todos os tradutores da empresa. Proporcionaremos uma contextualização da posição da tradução técnica dentro dos estudos de tradução, que incluirá uma reflexão sobre os dogmas que ainda existem sobre esta área e uma apreciação geral das dificuldades de traduzir para a mesma, assim como das capacidades que um tradutor precisa de ter para as superar, com o intuito de traçar semelhanças e diferenças entre a tradução jurídica e a tradução técnica. Contudo, este focar-se-á na exploração da importância e evolução da tradução jurídica numa época de globalização e na apresentação de bases teóricas, através das quais é possível analisar a área e as suas especificidades, que a diferenciam das outras áreas.

Após a contextualização inicial, serão exploradas as diferentes abordagens a tomar na tradução dos vários tipos de textos jurídicos, como contratos entre empresas, certificados e leis. Apresentarei exemplos que ilustrarão o facto que todos os tipos de documentos supramencionados precisam de abordagens diferentes. Também serão abordadas as especificidades de traduzir conceitos de diferentes regimes jurídicos, como o direito comum e o direito civil.

Para terminar o capítulo, será ainda analisada a diferença entre traduzir para um público com conhecimentos avançados sobre a área e para um público com conhecimentos rudimentares, pois ambas as situações apresentam desafios específicos. Enquanto que para um público perito no tema surge o desafio de manter o registo específico da área e de seguir uma terminologia rigorosa e precisa, ao traduzir para um público que apenas domina os básicos é necessário adotar uma posição mais descritiva evitando qualquer termo que, embora seja o mais adequado, leve à confusão do público-alvo.

Por último, serão feitas observações sobre a tradução jurídica no setor da cooperação internacional e sobre a medida em que o tradutor inevitavelmente desempenhará uma função de mediador cultural, deixando de ser meramente um veículo de transpor termos de uma língua para a outra e tornando-se um comunicador de ideologias. Apresentaremos ainda algumas conclusões sobre as diferenças entre a tradução de leis internas e internacionais, assim sobre como alterações do clima político podem alterar fortemente as abordagens à tradução jurídica. Tendo em conta a natureza de constante mudança e evolução da área jurídica, será feita uma análise sobre os desafios apresentados aos tradutores de se adaptarem a estas mudanças constantes.

1. Descrição da Experiência de Estágio

1.1 Descrição da empresa

O estágio decorreu na empresa Traduquest, Eduardo Costa Lda. sediada em Caldas da Rainha, Portugal, que foi estabelecida em 2007 e tem experienciado um crescimento constante, proporcionando traduções certificadas e técnicas de Inglês, Francês, Espanhol e Português do Brasil para Português de Portugal, proporcionando ainda outros serviços avançados como revisão, edição eletrónica, localização de software, gestão de terminologia e legendagem.

A empresa começou com um gestor de projetos, que também traduzia quando necessário, e uma tradutora a tempo inteiro que tinha elevada experiência em tradução técnica. À medida que a empresa obteve mais clientes fiéis e a quantidade de trabalho foi cresceu, a Traduquest contratou mais tradutores com experiência em diferentes áreas de tradução técnica para poder expandir o leque das suas atividades. Este crescimento foi possível devido à quantidade de clientes que criaram uma afinidade pela abordagem da Traduquest para com a tradução. A abordagem filosófica da Traduquest para com a tradução consiste em proporcionar ao cliente um produto final consistente e de baixo custo (“About us,” n.d.), que se adequa aos seus objetivos, colocando ainda uma elevada prioridade em entregas atempadas, até mesmo para os prazos mais urgentes, mantendo sempre o contacto com o cliente para assegurar a sua satisfação.

A empresa, que tem atualmente nove tradutores internos, visa conseguir corresponder a todas e quaisquer necessidades que os clientes possam ter, procurando nos seus tradutores uma elevada adaptabilidade a diferentes tipos de textos, às diversas áreas de tradução técnica e à utilização de novas ferramentas de tradução. A ferramenta de tradução de eleição da empresa é o SDL Trados, que permite utilizar glossários criados independentemente pelos tradutores ou com a ajuda dos clientes, da forma mais eficiente e intuitiva possível. Esta ferramenta também é ideal para a execução dos serviços de edição de tradução automática que a empresa proporciona aos seus clientes com base nas suas necessidades. No entanto, por ter confiança na versatilidade e adaptabilidade dos seus tradutores, a empresa aceita traduções que têm de ser feitas diretamente nos servidores privados das empresas clientes e em ferramentas CAT (Computer-Assisted Translation) específicas.

A empresa aceita todo o tipo de projetos e traduções de cariz técnico, especializando-se, através de vasta experiência e conhecimentos inerentes dos tradutores, na tradução de textos da indústria automóvel, petrolífera, da manufatura, farmacêutica e médica, do turismo e lazer, jogos multimédia e na tradução jurídica, cinematográfica e de localização.

Para assegurar a qualidade e eficiência do processo de tradução e revisão dentro da Traduquest, foi estabelecido um sistema de garantia da qualidade que envolve a cooperação entre tradutores, editores e revisores. Para ajudar a melhorar os conhecimentos uns dos outros, os tradutores partilham os seus conhecimentos, estando sempre disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas, quer sejam de vocabulário ou tendências do mercado, dentro das suas áreas e especialização.

Para tornar o trabalho mais eficiente e preciso, são utilizadas ferramentas de gestão de dados. Estas ferramentas guardam os dados de todos os projetos e elaboram glossários dos termos mais úteis que ficam disponíveis para os clientes validarem. Isto serve para que futuros projetos possam reutilizar alguma da informação de forma a estarem de acordo com os padrões e exigências da indústria em questão ou do próprio cliente. A cada projeto é atribuído um gestor que fica encarregue da resolução de qualquer problema, da entrega atempada do projeto e do contacto com o cliente até à conclusão do trabalho.

O gestor de projetos da empresa aceita quantidades específicas de trabalho dependendo da mão-de-obra disponível e do número de projetos já em processo de tradução, sendo raro ter de contratar tradutores freelance para auxiliar projetos em atraso ou demasiado grandes para os tradutores internos. Para distribuir as tarefas aos tradutores, o gestor coloca na conta pessoal de cada tradutor, no website de gestão chamado Projex, o link do projeto pré-preparado, o número de palavras total do projeto e a data limite de entrega.

Para facilitar a comunicação entre toda a equipa, a ferramenta de eleição da empresa é o Bitrix24. Esta ferramenta é especializada em tornar a comunicação entre funcionários de uma empresa o mais eficiente possível. Contudo, a razão pela qual foi seleccionada como a ferramenta da Traduquest é devido à sua utilidade na gestão de projetos e na gestão de grupos de trabalho durante a colaboração num projeto. Com esta ferramenta é possível contactar com clientes que também a utilizam e, em caso de

contacto com clientes por e-mail, é possível utilizar o Bitrix24 para transformar diretamente esses e-mails em tarefas e enviá-las para os tradutores o mais rapidamente possível. Para algumas empresas as funções mais desejadas do Bitrix24 são a sua capacidade de armazenamento, gestão e partilha de documentos.

Todos os trabalhos realizados pelos tradutores da Traduquest são feitos em sessões de utilizador de computadores remotos, acessíveis através dos computadores pessoais dos tradutores, nos quais foi instalada uma ferramenta de ligação direta ao servidor, ou dos computadores da empresa. Os benefícios deste servidor de sessões remotas são a elevada segurança, necessária ao trabalhar com documentos confidenciais, a possibilidade de trabalhar na mesma sessão em qualquer lado desde que tenha instalada a ferramenta de ligação direta e a facilidade de partilha de documentos e colaboração em projetos. Todos as sessões remotas estão interligadas e têm acesso aos mesmos documentos, ou seja, mesmo sem a partilha manual de qualquer ficheiro ou documento, através do mesmo link de acesso no explorador de ficheiros, todos os tradutores da empresa podem ter acesso ao mesmo ficheiro simultaneamente.

1.2 Descrição do Estágio e Métodos de Trabalho

O estágio que integrei na empresa Traduquest teve a duração de 3 meses, com horário a tempo inteiro desde as 9h às 18h. Quando comecei a minha atividade na empresa, a prioridade do meu orientador foi explicar-me como iniciar sessão nos computadores remotos, que é onde todas as atividades profissionais da empresa decorrem. Em seguida, o instrutor explicou como ir ao Projex para ir buscar o link para os trabalhos do dia que me foram atribuídos e como utilizar o Bitrix24 para contactar os meus colegas em caso de dúvidas ou para receber novas ordens do gestor de projetos em caso de ter de mudar de tarefa urgentemente.

Para me habituar ao ritmo e métodos da empresa, as minhas primeiras tarefas foram trabalhos de menor responsabilidade e exigência a nível técnico. Um dos projetos iniciais que mais me marcou pela diferença, entre as minhas expectativas e a realidade do mercado, foi um projeto realizado na ferramenta QTLinguist. Este projeto consistiu em traduzir termos descontextualizados retirados por uma ferramenta de análise linguística e terminológica utilizada pelo cliente. Outras tarefas que realizei para a minha preparação foram a preparação de documentos em formato Microsoft Word, Excel e Pdf para tradução.

Após esta experiência de preparação, o meu estágio focou-se em ganhar experiência a traduzir textos técnicos de várias áreas. Para começar, traduzi perfis de candidatos para trabalhar numa empresa de extração de petróleo. Os perfis continham currículos extremamente técnicos, pois continham termos da indústria mecânica e da indústria petrolífera e documentos legais como certificados de habilitações, certificados de aptidão física para serviço em alto mar e registos criminais. As versões originais destes documentos eram de países de todo o mundo que, por sua vez, nos chegavam já traduzidos para inglês, para que os traduzíssemos para português. Através destas traduções pude notar as diferenças de traduzir documentos legais em inglês provenientes de várias culturas e regimes jurídicos diferentes, o que me concedeu uma nova perspetiva sobre a influência da cultura na tradução jurídica.

Também me foram atribuídos projetos de tradução da indústria médica e automóvel que vinham de clientes regulares, pelo que a grande maioria de termos específicos já tinham sido traduzidos e aprovados pelos clientes. Estes projetos foram uteis para me habituar a essas áreas de tradução e à linguagem específica.

Todo o meu percurso na empresa serviu, de uma forma ou outra como uma experiência de aprendizagem informática, desde aprender a aceder aos servidores remotos, descobrir e utilizar funções mais avançadas e complexas do SDL Trados e MemoQ, formatar e preparar documentos para tradução e a criar versatilidade a lidar com ferramentas especificadas pelos clientes. Um dos colegas, mais experientes na tradução dentro de um servidor especificado por um determinado cliente, esteve sempre disponível para me dar conselhos sobre como traduzir da forma mais eficiente sempre que me era atribuído um projeto em que era especificado uma nova ferramenta ou servidor onde traduzir.

A quantidade de vezes que os clientes pediam traduções nestas ferramentas e servidores próprios foi para mim o maior choque em todo o estágio. Isto porque nenhuma destas ferramentas que utilizei era tão completa, fácil de utilizar ou rápida como as Ferramentas CAT que dominam o mercado de tradução, como o SDL Trados e o MemoQ, e por vir contra as expectativas que criei durante o curso de tradução, onde a frequência destes pedidos por parte dos clientes foi trivializada e, geralmente, ignorada.

Um dos clientes para quem mais traduzi foi a BitDefender, uma empresa que produz um dos antivírus mais utilizados do mundo e um cliente regular da Traduquest.

Devido às especificações do cliente, todas as traduções tiveram de ser realizadas dentro dos servidores privados da BitDefender, onde, para facilitar o processo de tradução, estava integrada uma ferramenta de tradução própria do cliente. Tendo já experienciado várias ferramentas de tradução durante a realização de outros projetos foi fácil habituar-me à nova ferramenta. Os textos a traduzir eram bastante técnicos, mas ao contrário dos textos que tinha traduzido até à altura, muitas das dificuldades de tradução deste projeto centravam-se na transmissão plena e correta das informações e, simultaneamente, não perder as nuances de referências culturais do texto de partida que eram essenciais para tornar o produto mais apelativo aos potenciais clientes.

Ao traduzir para a BitDefender obtive conhecimentos e experiência que se tornou essencial durante a tradução do último projeto em que participei no estágio. O projeto era urgente e consistia de um grande número de palavras de texto jurídico, mais especificamente um manual de instruções para advogados e trabalhadores da empresa cliente sobre como proceder para obter a cooperação de outros países e entidades privadas em casos de cibercrime. Esta foi a minha primeira experiência a traduzir um projeto em simultâneo com todos os outros tradutores da empresa, o que me permitiu aprender com os meus colegas e os seus conhecimentos sobre tradução jurídica e traduzir muito mais eficientemente durante todo o processo.

Foi ao traduzir este texto jurídico e notar na falta de informação sobre a cooperação internacional, bem como uma negligência ou falta de exploração sobre o cibercrime, uma área emergente de elevada interdisciplinaridade, que decidi aplicar os conhecimentos sobre cibersegurança que obtive ao traduzir para a BitDefender e tentar sistematizar algumas das dificuldades de tradução e possíveis soluções para as colmatar.

2. Tradução Jurídica

A tradução jurídica é frequentemente associada à tradução de contratos de trabalho, sentenças judiciais, documentos legais, entre outros documentos semelhantes. A assunção geral é que esta faz parte de um campo da tradução onde a precisão e o rigor são fundamentais para o seu sucesso.

Embora alguns académicos defendam que a tradução jurídica é uma categoria da tradução técnica, defenderei durante o progresso deste capítulo que a tradução jurídica, obstante as semelhanças com a tradução técnica, trata-se de uma área de especialização distinta que contém especificações particulares e que, desta forma, se destaca das restantes áreas. Apesar da sua forte componente técnica e terminologia característica, a tradução jurídica tem uma forte componente criativa e faz uso da expressão linguística para transmitir a informação. É também importante referir que este tipo de tradução precisa de compreender e ter em atenção a identidade cultural proveniente do texto de partida, assim como ideologias políticas que possam permear o texto de partida. São estes detalhes que tornam este campo de tradução tão complexo e único.

2.1 A tradução técnica no âmbito dos estudos de tradução

Desde o início dos estudos de tradução que existe uma clara hierarquia no que toca ao prestígio conferido a tradutores de textos técnicos e de textos literários. Isto deve-se à ideia de que traduzir um texto literário é o verdadeiro teste de um bom tradutor, pois requer criatividade, uma elevada sensibilidade para com os diferentes estilos de escrita e um enorme esforço para traduzir um texto de forma a fazer jus ao original na língua de chegada.

Esta diferença reflete-se também na diferença do número de estudos feitos em ambas as áreas, o que costumava ser ainda mais flagrante. Esta diferença existe devido à noção preconcebida que muitos tradutores têm sobre a natureza da tradução técnica. A tradução mecânica é vista como uma área que não requer um tradutor especializado, não requerendo qualquer exercício mental exceto uma simples conversão de um termo para o outro, necessitando apenas saber duas línguas.

Para comprovar esta situação, encontram-se imensos estudos sobre a tradução técnica que têm como um dos seus principais objetivos mostrar a importância da mesma e desmistificar os dogmas que existem quanto aos tradutores técnicos. É o caso de Byrne

(2006), que afirma a persistente permanência de mitos e estereótipos sobre este tipo de tradução, que se aguentam e propagam por muito que seja comprovada a extrema importância da tradução técnica para o mercado e para os estudos de tradução.

Estes dogmas e estereótipos, que formam as opiniões de muitos sobre a tradução técnica, são sintetizados por Karen Zethsen no seu artigo “The Dogmas of Technical Translation – Are They Still Valid?” (1999). Neste artigo, ela explica que a reputação da tradução técnica parte dos textos de partida que são associados a esta área, como por exemplo, manuais, enciclopédias e artigos científicos. O estereótipo atribuído a estes textos é que são factuais, impessoais e objetivos, com o objetivo único de servir de informação para um leitor já conhecedor sobre o tópico e para o qual não é feito qualquer esforço de adaptação (Zethsen, 1999, 69-72). A imagem do escritor deste tipo de textos é que não se preocupa com o seu público e não tem individualidade, o que resulta num texto que, embora seja informativo, está “mal escrito” como referido por Newmark (1988, 160).

Para resumir, a tradução técnica é desvalorizada e desprovida de prestígio e representação no mundo dos estudos de tradução devido a perspetivas desatualizadas sobre o tipo de tradução em questão. É razoável constatar que textos técnicos, que pertencem a esta categoria devido à presença de linguagem técnica, irão apresentar dificuldades de tradução de termos e que alguns dos tipos de textos tradicionalmente associados à tradução técnica como manuais de utilizador, certificados e enciclopédias, entre outros, têm como objetivo principal a transferência de informação de forma objetiva e direta, porém, não podemos permitir que algumas das características que perfazem a tradução técnica, ditem a forma como encaramos toda a disciplina.

Esta crítica, que é um dos pontos principais de crítica aos textos técnicos e científicos, é injusta, pois embora subtil, até os textos técnicos contêm as intenções do autor (Zethsen, 1999, 71). Zethsen define, ainda, que de uma forma geral, algumas das possíveis motivações de autores em textos técnicos e cujos tradutores devem ter a destreza para transmitir na tradução:

1. Strengthening the author's image
2. Strengthening the image of the company
3. Obtaining financial support
4. Selling a product or knowhow

(Zethsen, 1999, 71)

Zethsen admite que estes motivos estão frequentemente interligados e que a intenção por detrás de um destes objetivos é conseguir alcançar outro. Porém, tendo em conta a enorme variedade de textos técnicos que existem no mercado, na minha perspetiva, uma grande percentagem de textos técnicos exhibe intenções do autor que têm tanta relevância no texto como o objetivo de o informar. Um exemplo flagrante de um tipo de texto que quase sempre tem por detrás um interesse económico e de fortalecimento de imagem, são os textos informativos sobre produtos de empresas, que não só são muitas vezes escritos de forma a ajudar a vender o produto em questão, mas têm ainda o objetivo de passar uma boa imagem da empresa. O seguinte exemplo é um excerto de um texto técnico que mostra claras intenções secundárias:

Managing endpoint security for a myriad of devices for 1,200 employees in 12 locations across the U.S. was a major time sink for the IT team at Speedway Motorsports. The problem was that viruses and malware often bypassed the company's prior security solutions: Symantec Endpoint Security and Microsoft Security Essentials. IT tested several alternative solutions, and Bitdefender GravityZone Enterprise Security soon became the clear choice.

Este excerto faz parte de um texto da Bitdefender que fala das funções do seu produto, a *Bitdefender GravityZone Enterprise Security*. Contudo, apesar de se tratar de um texto técnico com a intenção de informar o cliente das funcionalidades do produto, é evidente que a forma como o texto está escrito serve para apelar à excelência do produto para fomentar vendas e ainda para aumentar o prestígio da Bitdefender ao comparar o seu produto bem sucedido na realização de uma tarefa, com os produtos dos seus concorrentes.

É escusado dizer que hoje em dia a tradução técnica tem uma representação infinitamente maior nos estudos de tradução do que há décadas atrás devido a tradutores e académicos que se dedicaram a provar o valor do estudo da área. No entanto, até estes mesmos estudos por vezes podem propagar más práticas durante o processo de estudo dentro da área. Zethsen (1999, 73) cita Hoffmann (1991) que fala de “lexicocentrismo” dentro dos estudos de tradução técnica, que se focam mais em termos do que nos textos como um todo, culminando na negligência das intenções do autor do texto de partida e de estilos de escrita próprios (1991, 158). Hoffmann é, então, defensor de uma “abordagem textual” como base para a tradução de textos técnicos.

Penso ser justo ao afirmar que é mais comum haver discórdia do que consenso no mundo dos estudos de tradução, visto que há quem defenda que no mundo atual a tradução técnica devido ao seu peso no mercado é mais importante do que a tradução literária, e há quem rejeite a importância de estudar traduções técnicas que são vistas como as primeiras potenciais vítimas do “monstro” que é a tradução automática. Da mesma forma, ninguém concorda sobre a melhor estratégia ou abordagem a tomar para traduzir um texto técnico visto que, como já foi previamente mencionado, na mente de alguns a tradução técnica podia basear-se unicamente numa abordagem terminológica. Para outros é necessária uma abordagem linguística para desenvolver regras de tradução uniformes e consistentes que, apesar de sacrificarem a individualidade do texto e por vezes até as intenções secundárias do escritor, resultam num produto final adequado à estrutura da língua de chegada e que desempenha as suas funções descritivas e informativas.

Contudo, com os seguintes excertos retirados de um projeto de tradução realizado para a Bitdefender, pretendo ilustrar a elevada importância que algumas empresas dão às funções secundárias de textos técnicos informativos:

“Centerra Gold digs security with Bitdefender Elite Security.”

“Cybersecurity at Speedway Motorsports beats the clock.”

“California school district gets top marks for endpoint security.”

“As cyberattacks have grown more sophisticated, Netrix IT discovered that its prior security solution, VIPRE, was no longer up to the task of repelling these threats.”

É fácil trivializar a importância da presença de expressões idiomáticas e de trocadilhos no meio de quantidades enormes de informação que são o foco real dos documentos. No entanto, com a evolução do tempo e dos mercados, as empresas mais bem-sucedidas são as que se conseguem adaptar a alterações, comunicar de forma eficaz com os seus clientes e passar uma boa imagem delas mesmas. Todos os elementos presentes no texto apresentado pelo cliente são produtos de escolhas conscientes tomadas pelo mesmo e qualquer tradução que ignore estas escolhas do cliente ou falhe na missão de transmitir a mesma informação e manter as nuances da comunicação pretendida entre o cliente e o leitor alvo, pode ser considerada uma tradução inadequada.

Logo, é possível constatar que numa altura em que todas as informações proporcionadas por uma empresa são consideradas reflexões da sua imagem, cabe ao

tradutor ter a flexibilidade para alternar entre uma comunicação puramente informativa que exige do tradutor conhecimentos de uma área técnica e capacidades linguísticas, para uma comunicação focada em fatores socioeconómicos e/ou culturais que exige criatividade por parte do tradutor.

2.2 A tradução jurídica no âmbito dos estudos de tradução

A tradução jurídica é frequentemente categorizada como um tipo de tradução técnica, mas há quem considere que a tradução jurídica não é uma forma de tradução técnica pelo facto de ter uma linguagem específica e especializada. Byrne (2006) defende este ponto de vista com a sua famosa citação:

[...] technical means precisely that, something to do with technology or technical texts.
[...] Simply because a field or subject area has unique or specialized terminology does not make it technical (Byrne, 2006, 3).

Em contrapartida, há quem subscreva à definição de Olohan (2009) de que a linguagem e terminologia especializada são partes intrínsecas e essenciais da tradução técnica e que efetivamente a tradução especializada e tradução técnica são sinónimos, sendo que ela menciona que diferenciar entre os dois tipos de tradução tem um efeito negativo na quantidade de estudos realizados sobre a tradução especializada (Olohan, 2009, 425).

A verdade é que a linha que separa a tradução técnica da tradução especializada é ténue e, de certa forma, subjetiva às crenças e definições de cada um, pois, como é comum no mundo dos estudos de tradução, há perspetivas em conflito que por vezes tornam extremamente difícil, se não mesmo impossível, estabelecer definições universalmente aceites, sendo que é um desafio concordar sobre a designação terminológica de um tópico de estudo.

Enquanto que reconheço que a tradução jurídica é, por vezes, uma tradução altamente técnica devido à interdisciplinaridade que é frequente nos textos jurídicos, ao longo deste relatório irei referir-me a esta área como um tipo de tradução especializada. Irei subscrever à ideia de que, apesar das várias semelhanças entre as duas áreas, a tradução jurídica não é apenas técnica, visto que muitas vezes acaba por se aproximar à tradução literária em termos de criatividade, flexibilidade e domínio da língua, necessários durante a tradução.

A tradução de textos jurídicos não só partilha muitos dos dogmas da tradução técnica, mas também está repleta de percepções únicas à área jurídica que moldam a sua imagem por parte do público geral. Uma percepção pública amplamente aceite é que textos jurídicos são, por vezes, escritos de forma propositadamente confusa e ambígua, o que cria uma imagem de inacessibilidade por parte de pessoas que não são formadas ou familiarizadas com a área. Outra percepção é que, durante o processo de tradução, quer a cultura de partida quer a cultura de chegada, acabam por ser negligenciadas porque é geralmente considerado que na tradução jurídica, que coloca uma grande importância na tradução de termos, não há equivalentes exatos e é possível interpretar esta falta de uma norma universalmente aceite como uma licença para traduzir da forma que quiser, preocupação expressa por Bestué (2015) com a seguinte frase:

The almost total absence of equivalence due to conceptual incongruity (Gémar 1998, 6; Sarcevic, 1985, 127) could, however, lead many to defend an extreme "anything goes" policy. (Bestué, 2015, 3).

No entanto, nem todas as percepções sobre a tradução jurídica são tão negativas para a atividade. Entre as traduções especializadas, a sua dificuldade e especificidade fazem com que seja vista como sendo, possivelmente, o último tipo de tradução especializada que oferecerá sempre um trabalho aos tradutores e que nunca será substituída por tradução automática.

A dificuldade de entender textos jurídicos, salvo para especialistas na área, é praticamente irrefutável e a realidade é que assuntos complicados que requerem a discussão de centenas de matérias e conceitos vão complicar o processo de compreensão do documento e o processo de tradução que nunca pode produzir um produto satisfatório sem o pleno entendimento do texto como um todo. Logo, como explica Ramos (2018, 13) com as afirmações:

While it is generally accepted that translators cannot be expected to produce authentic texts that are equal in meaning, they are expected to produce texts that are equal in effect /.../ the translator's main task is to preserve the unity of the single instrument with the ultimate aim of promoting its uniform interpretation and application in practice. /.../ Under pressure to achieve institutional uniformity, the translator's first priority is to ensure interlingual concordance, that is, consistency of terminology and presentation. (Ramos, 2018, 13)

É o trabalho do tradutor manipular a língua de forma a que o produto final leve sempre à interpretação uniforme por parte de todos os que o leiam, e preservar a consistência terminológica, com o objetivo final de produzir um produto que possua a mesma validade e estatuto em todas as línguas traduzidas.

Como já foi mencionado, embora a terminologia na área jurídica seja extremamente importante, há uma falta notável de equivalentes o que também cria uma ausência de normatividade na área de tradução jurídica. A tradução jurídica institucionalizada tem um objetivo bem definido de facilitar a criação de leis internacionais e fomentar a cooperação internacional entre países membros de uma instituição, objetivo que é mais frequente e bem-sucedido em áreas comerciais, como é explicado por Ramos (2018, 12):

Long a major objective of international law, uniform law has been most successful in areas of commercial interest such as trade law, dispute resolution, [...] all of which are dominated by English. (Ramos, 2018, 12)

O resultado desta cooperação e interdependência internacional é que surgem versões diferentes do inglês legal que estão neutralizadas de modo a acomodar todas as diferentes culturas. Ramos, comenta ainda que um dos novos desafios que os tradutores jurídicos de textos legais institucionais enfrentam é a necessidade dos tradutores de criar novos instrumentos legais, visto que para traduzir estes novos tipos de leis eles não podem apenas utilizar a lei nacional à qual estão habituados. Grandes instituições como é o exemplo da EU (União Europeia) têm a possibilidade de criar todo um novo tipo de linguagem jurídica devido à vasta quantidade de traduções da área que passam pelos seus tradutores e os peritos que os aconselham. Estas traduções podem ser aproveitadas para criar memórias terminológicas que, devido à autoridade e prestígio da organização, acabam por se tornar a prática comum para outras instituições e tradutores que lidam com o mesmo tipo de texto. No entanto, estas memórias terminológicas não satisfazem as necessidades de todo o mercado, visto que se adequa principalmente a um tipo de texto jurídico e, nem no que toca à área pretendida, estas memórias podem abranger todas as possíveis situações.

Portanto, podemos dividir os métodos de satisfação das necessidades dos tradutores no que toca à terminologia jurídica em duas categorias gerais, a aceitação de normas terminológicas predefinidas e a procura dos termos mais adequados que sejam

aceites no mercado de tradução. A primeira categoria pode ser tanto para tradutores que estejam a traduzir textos jurídicos institucionais que têm normas fortemente traçadas e cujos termos são, na vasta maioria das ocasiões, sempre traduzidos de forma uniforme, como para tradutores internos em empresas que tenham grandes memórias e recursos de tradução, como glossários ou bases de dados terminológicos, e que prefiram que os seus tradutores sigam os exemplos de trabalhos anteriores. A segunda categoria aplica-se quando um tradutor não tem guias de estilo previamente definidos e as traduções que utiliza para qualquer termo estão à sua descrição. Esta segunda categoria é mais comum para tradutores *freelance* ou para tradutores de pequenas empresas que ainda não tiveram a oportunidade de criar memórias de tradução suficientemente grandes para poder estabelecer um estilo próprio.

Visto que não há uma tradução correta para qualquer termo ou um estilo de tradução perfeito para traduzir qualquer tipo de texto, o que acaba por ser mais comum no mundo de tradução é uma mistura entre as duas categorias supramencionadas. Tradutores *freelance* têm, frequentemente, trabalhos que incluem memórias do próprio cliente que têm de respeitar e quando trabalham para empresas de tradução, enquanto representantes da empresa durante o trabalho comissionado, têm de respeitar as exigências da empresa sobre como traduzir e até mesmo os tradutores internos das maiores empresas de tradução ou instituições têm de realizar pesquisa e tomar as suas próprias decisões, quer seja porque estão a traduzir um termo ou expressão que não se encontra nos guias de estilo ou memórias da empresa, porque o texto jurídico que está a ser traduzido pertence a uma área emergente ou com conceitos interdisciplinares, como é o caso da tradução da área do cibercrime, ou até mesmo porque o tradutor discorda com a tradução de um termo da sua forma predefinida por não se adaptar ao contexto, algo que, na tradução jurídica em que é raro encontrar equivalentes perfeitos, acontece frequentemente.

Nesta era digital, os tradutores precisam de proporcionar produtos aceitáveis de acordo com os padrões do mercado, a preços competitivos e a velocidades constantes e elevadas. Para facilitar as suas tarefas e aumentar a produtividade, os tradutores começaram a utilizar ferramentas de tradução altamente eficazes e adaptadas ao mercado de trabalho e a utilização de novas tecnologias e da internet só tem vindo a aumentar. O ideal para qualquer tradutor ao traduzir um texto jurídico seria ser especialista na área ou ter o apoio de um, quer seja para esclarecer dúvidas ou para estar a par da linguagem mais

corrente no mercado, algo que frequentemente não é possível e há dúvidas e problemas que nem um especialista consegue resolver. Por todas estas razões, a utilização da internet para encontrar informações, traduções e soluções para problemas é a norma.

Durante o estágio, ao traduzir textos jurídicos, muitas das minhas traduções eram fortemente influenciadas pelas extensas memórias de tradução da empresa para traduzir termos e pelas indicações do chefe e colegas sobre os métodos e técnicas a empregar, mas para colmatar dúvidas que mais ninguém conseguia resolver e para traduzir termos novos realizei pesquisas na internet à procura de fontes fidedignas. Hoje em dia esta prática é a mais comum e as suas vantagens são evidentes, mas também pode ser observado que tem os seus perigos e desafios. A internet em si, e as ferramentas que disponibiliza aos tradutores não têm qualquer desvantagem pois mesmo que proporcione, durante uma pesquisa, informação não fidedigna ou incorreta isso não passa de informação que o tradutor deve avaliar utilizando o seu discernimento profissional. Se o tradutor escolher utilizar essa informação a responsabilidade dessa escolha pertence-lhe unicamente. O verdadeiro perigo ocorre quando a norma de utilização desta ferramenta cria uma desculpa para a falta de consideração e pesquisa durante a tradução. Esta ideia é bem resumida por Bestué (2015, 2):

The process of documentation for translation purposes is now much easier than before since search engines provide ready-made, statistically-validated solutions for translation problems. These, however, do not necessarily guarantee the quality of the translation product. Indeed, it has become increasingly difficult for both expert and novice translators to justify not following the "google rule", i.e. adopting the most commonly-used translation, when making their translation decisions. (Bestué, 2015, 2)

Durante o seu estudo sobre a tradução jurídica na era digital, Bestué fala sobre a pressão sobre os tradutores de produzir trabalhos aceitáveis aos olhos do cliente e de ser capaz de justificar escolhas tomadas durante o processo de tradução. Devido a esta crescente tendência é cada vez mais comum optar por traduzir um termo pela tradução com mais resultados após uma pesquisa no google. A ideia geral é que o termo com mais resultados é o que está mais corrente no mercado, logo, é menos arriscado optar por essa tradução. Bestué (2015, 3) explica ainda que esta é a estratégia quase unicamente utilizada por tradutores inexperientes e também é bastante utilizada por tradutores experientes quando querem evitar correr riscos ou quando estão a traduzir uma área especializada com a qual não estão familiarizados. O perigo desta estratégia é que pode levar os

tradutores a não questionar a escolha da tradução de um termo devido à fácil justificabilidade, mesmo que esta não seja a ideal nesse contexto específico, resultando na perda parcial de significado ou de informação, o que em traduções jurídicas pode levar à perda do efeito legal na língua de chegada.

Uma vez que está estabelecido que na prática atual da tradução jurídica é comum traduzir textos de partida com contextos e significados diferentes com o mesmo termo polissêmico, há que questionar se os tradutores estão atualmente a desempenhar o seu papel enquanto intermediários entre dois profissionais de uma área altamente especializada e se a maior importância e atenção deve realmente ser atribuída aos termos em si, como é geralmente pensado. Bajčić (2017, 12) explora este tópico e realiza a seguinte reflexão:

With the view of achieving a monosemic, i.e. a one-to-one relationship between term and concept, GTT (General Theory of Terminology) placed a great emphasis on differentiating terms from concepts. In order to enable precise unambiguous communication between experts of a field, it is essential that one term denotes only one concept. (Bajčić, 2017, 12)

Essa reflexão engloba os pontos de vista de Bajčić, de que criar uma base terminológica de termos equivalentes e monossêmicos seria uma das hipóteses para acabar com a reputação da área jurídica de ter uma linguagem codificada e impossível de entender para leigos e facilitar a comunicação eficaz entre especialistas da área. Tal base terminológica deveria constituir um dicionário que poderia não só revolucionar a forma como textos jurídicos são traduzidos, mas também alterar a forma como textos jurídicos são escritos e interpretados. No entanto, a ideia de poder haver um dicionário que encontre um termo monossêmico para cada conceito ainda é debatida e é provável que nunca seja possível criar um dicionário universalmente aceite e que uniformize a tradução jurídica de forma definitiva. Apesar do objetivo de Bajčić de criar um dicionário uniformizador e de equivalentes monossêmicos ser difícil de atingir, ainda há mérito em considerar a sua abordagem à tradução jurídica focada em conceitos em vez de termos. Ao focar num domínio dos conceitos seria possível diferenciar entre os diferentes contextos de utilização de equivalentes polissêmicos, o que permitiria aos tradutores escolher sempre o termo adequado ao contexto, em vez de optar sempre pelo mais utilizado que pode não se adequar a certos contextos.

2.3 Diferença entre tradução de diferentes tipos de textos

Para traduzir diferentes áreas técnicas ou literárias, é necessário ter uma noção das diferenças entre elas, tanto no que toca à construção das frases, ao tipo de termos utilizados, formalidade do vocabulário e aos objetivos das diferentes áreas. Da mesma forma, o tradutor tem de optar por estratégias e abordagens diferentes ao traduzir uma variedade de tipos de textos dentro da mesma área. A área jurídica engloba vários géneros diferentes e como é mencionado por Sobral (2017, 32) são feitas traduções tanto em contexto oral como escrito. As traduções jurídicas realizadas durante o estágio foram todas do contexto escrito, pelo que será o único contexto tratado. Dentro do contexto escrito existem vários tipos de texto que partilham características quanto aos termos utilizados e à sua linguagem. Sobral (2017) refere ainda as características e variáveis que Alcaraz e Hughes (2014) definem como determinantes para confirmar se certos textos pertencem ao mesmo tipo, sintetizando-os na seguinte lista:

- a) Função comunicativa semelhante, expressa pela utilização do mesmo verbo performativo.
- b) Macroestrutura semelhante. Por exemplo, formato ou organização estrutural.
- c) Modo discursivo semelhante (narrativo, descritivo, imperativo, etc.) e técnicas discursivas semelhantes que vão de encontro às expectativas discursivas do destinatário.
- d) Organização lexical e sintática semelhantes do conteúdo e a utilização de unidades funcionais e características formais idênticas.
- e) Convenções socio-pragmáticas semelhantes.

(Sobral, 2017, 33)

Porém, a variável mais importante entre estes tipos de texto é a função que o texto desempenha, ou seja, as expectativas que o cliente terá e o tipo de público alvo do texto.

Ao longo do estágio, traduzi contratos, certificados, declarações, termos e condições de serviços e textos instrutivos, sendo que dentro de algumas destas categorias traduzi textos pertencentes a diferentes pequenas subcategorias (que explicitarei sempre que for necessário), todas com diferentes expectativas por parte dos clientes, logo, acompanhados de diferentes desafios e atitudes quanto ao processo de tradução.

Um dos contratos que traduzi consistia em estabelecer um acordo entre 3 empresas (doravante intituladas empresas A, B e C) para a empresa C se tornar fiadora da empresa B ao receber um empréstimo da empresa A. Existem várias subcategorias de contratos, sendo que é um tipo de texto fortemente interdisciplinar.

Este contrato económico envolveu alguma interdisciplinaridade e a estratégia utilizada foi a pesquisa de termos utilizados no mesmo contexto tanto na internet como nas memórias da Traduquest. O objetivo principal durante a tradução deste texto foi a transferência completa e não ambígua dos conteúdos do original para que a tradução mantivesse o efeito legal atribuído ao texto de partida.

Os certificados traduzidos foram certificados de habilitações, certificados de aptidão física, certificados de nascimento. As declarações traduzidas foram declarações de registo criminal, declarações de tradução fidedigna, declarações adjacentes a projetos traduzidos para inglês antes da sua posterior tradução para todas as outras línguas. Declarações e certificados são tipos de textos com imensas subcategorias, como as mencionadas anteriormente, que têm regras de tradução e equivalências terminológicas bastante normatizadas, pelo que, para a maioria dos tradutores jurídicos, estes são os tipos de texto que têm menos espaço para a criatividade e individualidade e a responsabilidade do tradutor é fornecer um produto final que siga as normas do mercado. A maior diferença entre a tradução de contratos e de declarações e certificados é a existência de uma maior componente de cuidado com o tom de comunicação entre empresas na tradução de contratos, visto que a comunicação entre empresas acaba sempre por ser uma representação das mesmas. Um tipo de texto que, de acordo com Bestué (2015), é altamente padronizada e tem grandes implicações no mercado de tradução são os termos e condições de serviços ou de utilização. Este ponto é fundamentado através da declaração:

Much of the legal content on the Web is in the form of general contract terms and conditions, for instance the provisions of the Terms of use of any Web page, that are in highly- standardized legal formats, which makes it easy to use—just by cutting and pasting—in other contexts. (Bestué, 2015, 2)

Ao longo do seu trabalho, Bestué (2015, 3) também teoriza que, visto que as maiores fontes, em termos de quantidade, de contratos de termos e condições prontamente acessíveis na internet são as empresas informáticas e que desenvolvem software, estas

encontram-se numa posição de força para definir o padrão para a redação de textos legais que serão colocados na internet. Os termos e condições de serviços ou de utilização, tal como outros tipos de textos jurídicos, incluem uma componente da identidade do redator que deve ser preservada durante a tradução.

Contudo, para este tipo de texto altamente padronizado, a estratégia mais segura para os tradutores é, possivelmente, seguir os exemplos que se encontram na internet de empresas e produtos bem estabelecidos que hoje em dia correspondem às expectativas tanto dos clientes como do público-alvo, sendo que foi a estratégia mais aconselhada durante o estágio. Dentro dos tipos de textos jurídicos supramencionados, o tipo menos estabelecido e padronizado é o texto instrutivo.

É certo que há manuais sobre a prática legal, redigidos por pessoas ou instituições de autoridade, que estão bem estabelecidos dentro da área, mas os textos referidos neste relatório são manuais de instrução para formadores redigidos por uma empresa privada que descreve os métodos de operação da empresa e dos seus funcionários, assim como que ações tomar perante as leis em vigor relativas ao cibercrime. Para traduzir este tipo de texto, mais do que nos outros tipos mencionados, foi importante ter em consideração as intenções do escritor, pois houve uma clara importância dada à imagem da empresa, à clarificação dos deveres do instrutor e à advertência contra potenciais perigos para a empresa em caso de serem cometidos erros graves. Para estes textos, o importante entender as necessidades do cliente, entender o público e modificar o estilo de tradução de acordo.

2.4 Tradução jurídica para públicos-alvo com diferentes níveis de conhecimentos

Os textos recebidos podem ser separados em dois grupos, os manuais de formação a leigos e manuais de formação a especialistas, sendo que cada um necessitou uma abordagem diferente. Ao traduzir os manuais de formação para leigos, o importante foi transmitir toda a informação de forma intuitiva, clara e descritiva, simplificando a linguagem e explicitando termos originais através da utilização de termos familiares da lei nacional (mesmo que não fossem os mais adequados ao contexto de cooperação internacional) adaptados ao contexto relevante.

Para o público alvo especialista na área o processo de tradução teve um maior foco na escolha de termos adequados e que conferissem o sentido original a todos os leitores, mesmo que não fossem termos familiares da lei nacional, visto que alguns dos termos

traduzidos pertenciam à área do cibercrime que está em constante evolução e para a qual, por vezes, é necessária a implementação de novos termos para colmatar a falta de equivalentes bem estabelecidos dentro do mercado de tradução. Geralmente, textos jurídicos têm como características uma formalidade e tecnicidade extremamente elevadas. Estas características que podem ser utilizadas para determinar o registo e vocabulário que o tradutor deve empregar na tradução de textos especializados demonstra ser bastante útil no que toca a identificar e planejar diferentes estratégias a utilizar para públicos diferentes.

No caso dos textos anteriormente mencionados foram estes os parâmetros utilizados para determinar as estratégias empregadas. Neste caso, visto que os leitores do documento em si eram os formadores, em partes estritamente para a leitura dos mesmos, manteve-se o mesmo nível de formalidade média ou baixa, contudo, enquanto que ao instruir leigos a formalidade e tecnicidade das informações variavam entre média e elevada, ao instruir especialistas os mesmo parâmetros eram sempre extremamente elevados.

Visto esta diferença de formalidade, é possível determinar que não só o nível de tecnicidade deve ser tomado em consideração ao traduzir textos para pessoas com diferentes níveis de conhecimentos, quando aplicável, tem de haver especial atenção aos métodos de tradução baseado na diferença de estatuto social e profissional conferido a pessoas com diferentes níveis de especialidade, uma realidade que dentro do mundo das traduções técnicas é especialmente verdade para textos jurídicos e políticos.

2.5 Especificidades de tradução de diferentes regimes jurídicos

Uma das dificuldades mais frequentes na tradução jurídica é a diferença que surge ao traduzir o texto de um regime jurídico para outro. Os dois regimes jurídicos mais utilizados por todo o mundo são o direito comum e o direito civil sendo que os países mais comumente associados à língua inglesa, ou seja, a Inglaterra e os EUA, utilizam o direito comum, no entanto, o regime jurídico utilizado por mais países e que engloba mais línguas é o direito civil. Logo, é frequente traduzir textos em inglês que utilizam direito comum para línguas em que o regime jurídico é o direito civil e o oposto também acontece. As maiores diferenças entre estes dois regimes jurídicos residem na forma como as leis são aplicadas em situações práticas e nas diferenças de conceitos.

De forma simplificada pode considerar-se que direito comum se baseia na interpretação das leis e estabelecimento de precedentes e o direito civil depende mais nas descrições e no código descrito nas leis em si e dá menos importância a precedentes, privilegiando a importância às circunstâncias individuais de cada situação. Estas diferenças são explicadas por Jeanpierre (2011), na sua obra *The pitfalls of legal translations between legal systems from two different legal families: a focus on translations of French legal material into English*, que foca a tradução de francês para inglês e é relevante ao presente tópico pois Portugal, que tal como a França é um país que utiliza o direito civil, é em muitos casos seu equivalente no que toca aos argumentos apresentados pelo seguinte excerto:

The French favour a more principled, theoretical approach than the English by creating a rational order through a comprehensive set of rules that are applicable to every future situation. On the other hand, the common law displays an aversion to explicit theory, often preferring common sense to logic. (Jeanpierre, 2011, 146)

Contudo, o problema real surge devido à diferença da evolução e história dos sistemas, tal como é explicado por Jeanpierre na seguinte frase:

Both systems have developed distinct legal concepts as well as institutions that are alien to the other system. The distinction between law and equity, for instance, is essential in English law but has no counterpart in continental law. (Jeanpierre, 2011, 145)

A frase acima aponta ao desenvolvimento de conceitos e instituições que não têm equivalentes no outro sistema, um problema que requer criatividade, flexibilidade e um bom entendimento de ambos os regimes jurídicos por parte do tradutor. É com todas estas dificuldades, desafios e qualidades necessárias por parte do tradutor que Jeanpierre estabelece que na sua opinião existem três métodos principais para traduzir textos de diferentes regimes jurídicos:

1. Tradução palavra por palavra.
2. Tradução de termos pelos equivalentes da língua de chegada.
3. Admitir derrota.

(Jeanpierre, 2011, 147-151)

O primeiro método da lista acima é o método que segundo Jeanpierre deve ser considerado primeiro por ser mais fiel à língua de partida, mantendo a estrutura do texto e proporcionando neutralidade à tradução pois envolve menos subjetividade do tradutor.

Contudo, o mesmo aponta que este método tem a tendência de levar a erros devido à existência de falsos amigos entre os regimes jurídicos e à diversidade de contextos em que certos termos podem ser utilizados, pelo que a utilização de termos polissêmicos leva frequentemente a erros de adequação. Ele termina ao argumentar que é evitar esta ambiguidade, criada pela utilização de falsos amigos ou termos mal empregues, que deve ser o foco do tradutor.

O segundo método pode ser utilizado quando uma tradução palavra por palavra causaria confusão ao leitor, mas ambos os regimes jurídicos possuem termos que têm significados parecidos. De acordo com o autor, alguns destes termos podem ser a melhor opção disponível e mesmo assim não deverem ser utilizados por poderem enganar o leitor, mais uma vez, por não se adequar a certos contextos.

O terceiro método é o que Jeanpierre considera, por vezes, inevitável. Em situações em que uma tradução palavra por palavra deixaria o leitor confuso e nem o melhor termo equivalente disponível conseguiria resultar numa transferência total e perfeita do significado, é errado traduzir com um destes métodos e aceitar uma transferência parcial ou incompleta de sentido. O tradutor deve, por sua vez, admitir a intraduzibilidade do termo e utilizar a técnica de estrangeirização, defendida por Venuti (1995) na sua obra *The Translator's Invisibility*, e utilizar o termo original da língua de partida, acompanhado das devidas notas e observações, especialmente quando utilizado pela primeira vez.

Tal como já tinha sido mencionado neste relatório a qualidade do produto final e a sua adequação às necessidades do cliente devem ter prioridade em relação a qualquer ideal ou estratégia de preferência do tradutor. Logo, para produzir uma boa tradução é necessário escolher as situações em que se deve utilizar diferentes estratégias e realizar uma mistura das mesmas que resulte no produto final desejado. Jeanpierre toma a iniciativa de apontar novamente três pontos a considerar ao tomar as decisões sobre que estratégias utilizar, sendo estas:

1. Expetativas do público alvo quanto à proximidade da estrutura e estilo do produto final em relação ao texto de partida;
2. Nacionalidade do público potencial;
3. Conhecimentos legais do leitor.

(Jeanpierre, 2011, 152-154)

Durante a sua explicação dos métodos de tradução, o autor já expressa que para certos públicos algumas estratégias não têm o efeito desejado ao dizer que para públicos mais especializados a estratégia de tradução por equivalentes não é tão aceite. Ele volta a referir esta ideia explicando que, tal como já foi defendido anteriormente neste relatório, o importante é o tradutor saber lidar com os conceitos porque dependendo do nível de conhecimentos do público alvo pode ser necessária uma estratégia mais explícita de tradução ou pode aplicar-se o contrário. Da mesma forma um público altamente fluente nos conceitos legais pode ressentir a utilização de um equivalente imperfeito que denote um conceito diferente do pretendido.

A nacionalidade do público potencial também importa bastante pois mesmo dentro de cada regime jurídico existem diferenças dependendo do país. Quando não há em mente um público específico já foi mencionado que o inglês muda e torna-se mais generalizado, uma estratégia bastante empregue por traduções de documentos legais institucionais, mas há casos em que a diferença entre estar a traduzir com o público americano ou o britânico em mente vai influenciar severamente a tradução.

Foi deixado para última a explicação do primeiro ponto de Jeanpierre devido à sua importância para o trabalho, nomeadamente, a extensão da influência do tradutor no texto de partida e a sua função enquanto mediador. O autor começa por dividir as expectativas do público e as abordagens dos tradutores em dois grupos. Os tradutores que se mantêm fiel à estrutura e traduzem palavra por palavra, fazendo uma tradução livre de qualquer juízo de valores ou interpretação que possa influenciar o público alvo e os tradutores que traduzem apenas com o sentido e conteúdo do texto em mente e que consequentemente, mesmo que as suas intenções sejam somente a facilidade de compreensão do texto, deixarão a sua marca e interpretação no produto final. É ainda assumido pelo autor que os tradutores pertencentes ao primeiro grupo tendem a ser pessoas com formação linguística, focando-se em evitar falhas de interpretação e em manter o estilo do texto e que o segundo grupo consiste em tradutores com formação legal e que focam na transmissão correta de termos e conceitos, sem medo de permear o produto de final com opiniões pessoais. É possível que nunca se chegará a um consenso absoluto, dentro da comunidade dos estudos de tradução, sobre a perspetiva ideal a adotar, mas considero ser quase inevitável que o tradutor deixe a sua marca no texto traduzido, por muito pequena que seja.

2.6 Análise das dificuldades de tradução

Ao traduzir textos jurídicos, existem vários desafios que podem ser determinados tanto pelas especificações e necessidades do cliente, como pelo tipo de texto que se vai traduzir. Durante o estágio foi necessário traduzir um grande número de tipos de texto dentro dos quais os mais traduzidos foram certificados. A grande maioria de certificados traduzidos originaram do mesmo cliente, uma empresa da indústria petroleira que precisava da tradução de currículos de pessoas de várias nacionalidades que eram sempre acompanhados por certificados de habilitações, certificados de idoneidade e certificados médicos para determinar se os trabalhadores estavam prontos para trabalho em alto mar.

Os certificados têm uma linguagem altamente padronizada e as estruturas frásicas e expressões seguem um modelo predefinido. No entanto, um tipo de certificado que varia fortemente é o certificado de habilitações, pois as informações contidas e a sua ordem de inclusão estão ao critério da entidade emissora. Exs.:

Inglês	Português
This Diploma in MECHANICAL ENGINEERING is awarded to PERSON A	Este Diploma em ENGENHARIA MECÂNICA é conferido a PESSOA A
PERSON A has been found duly qualified in accordance with the provisions of reg.11/5	PESSOA A está devidamente qualificado de acordo com as disposições do reg.11 /5
This is to certify that PERSON A, son of PERSON B, has been admitted to the Degree of Bachelor of Science	O presente documento certifica que PESSOA A, filho de PESSOA B, recebeu o Diploma de Licenciatura em Ciências

Tabela 1

Estas variações criam dinâmicas diferentes entre as frases. Deve ainda ser respeitada a forma como as informações são apresentadas, pois é uma reflexão da forma de expressão da entidade emissora. Este tipo de texto também é o que contém mais desafios de interdisciplinaridade pois a tradução pode conter linguagem específica de qualquer área de formação.

Os certificados médicos traduzidos eram extremamente padronizados visto que consistiam todos dos mesmos exames predefinidos encomendados pelo cliente, eram executados por médicos contratados pela empresa e consistiam das mesmas informações

apresentadas de formas diferentes, logo, o desafio foi definir uma fórmula padrão através da qual a informação seria transmitida ao cliente e respeitar sempre a fórmula, o que retirou a importância da estrutura da frase de partida, ao contrário das traduções de certificados de habilitações em que as estruturas frásicas de partida foram respeitadas.

Os certificados de idoneidade, tal como os certificados de habilitações, refletem as prioridades das entidades emissoras e contêm informações diferentes. Exs.:

Inglês	Português
This is to certify that Person A (...) has no criminal record with this Department	Serve o presente documento para certificar que o Pessoa A (...) não possui registo criminal neste Departamento em Singapura
The reference is given to the citizen Person A (...) that according to the data of department of information provision and analysis of Ministry of Internal affairs of Georgia that, he has no previous conviction and is not wanted by the police	A referência é dada ao cidadão Pessoa A (...) que, de acordo com os dados do departamento de informação, disponibilização e análise do Ministério de Assuntos Internos da Geórgia, ele não tem condenações prévias e não é procurado pela polícia
The bearer hereof proves not to be involved in any criminal cases during his/her stay in Indonesia	É comprovado que o titular não esteve envolvido em qualquer caso criminal durante a sua permanência na Indonésia

Tabela 2

Estes exemplos ilustram que as pessoas são só são tratadas de forma diferente, mas a informação que é disponibilizada também abrange graus diferentes de profundidade. Por exemplo, sabe-se que a pessoa do terceiro exemplo não está atualmente envolvida em qualquer caso criminal, no entanto, a pessoa do segundo exemplo pode não ter condenações prévias e não ser procurado pela polícia, mas pode estar envolvido numa investigação decorrente pois não há contraindicações desse facto. Como apenas se sabe a informação expressamente comunicada pelo certificado e qualquer pequeno desvio pode ocultar informações importantes ou proporcionar informações incorretas ao cliente, é necessário respeitar as estruturas dos textos de partida e as informações corretas.

Para obter o termo correto é necessário ter uma noção dos conceitos a serem tratados e das condições das suas emissão, uma reflexão disto é que nunca se poderia generalizar e dizer que a pessoa do segundo exemplo não tem registo criminal pois simplesmente se sabe que nunca foi condenada, mas pode ter sido investigada algo que permaneceria no registo criminal. Esta informação pode estar ocultada pois, dependendo das especificações da empresa empregadora, pode não ser necessário incluí-la. O mesmo ocorre com a pessoa do terceiro exemplo que expressa a falta de qualquer envolvimento criminal na Indonésia, mas não expressa se a pessoa tem qualquer histórico fora desse país, algo que estaria incluído no registo criminal. Logo, é possível perceber que qualquer tentativa de generalizar e dizer que nenhuma das pessoas dos exemplos acima tem um registo criminal seria uma tradução inadequada.

Como regra geral, ao traduzir textos legais, a metodologia adotada durante o estágio foi a de fidelidade para com o texto original e de “invisibilidade do tradutor”. Esta abordagem é a mais comum para tradutores sem formação especializada em tradução jurídica, pois a falta conhecimentos aprofundados leva à falta de confiança para inserir interpretações pessoais no produto final. Ao traduzir certificados era preciso tentar traduzir todos os elementos presentes, incluindo assinaturas e carimbos para expressar as entidades emissoras através da utilização de parêntesis retos, seguidos do tipo de elemento representado e a respetiva tradução, como por exemplo “[Carimbo: Entidade A]” ou da devida identificação em caso de um corte ou ilegibilidade do texto. Contudo, a necessidade de incluir estes elementos extratextuais tornou a intervenção do tradutor evidente e impossibilitou a invisibilidade durante a tradução de certificados.

Um dos regulamentos a traduzir tinha como função a definição de políticas para estabelecer contratos, no entanto, não havia contexto sobre o tipo de contratos a serem abrangidos pelas políticas nem sobre o seu escopo. Esta falta de contexto começou por criar dificuldades de tradução do termo “Global Contracts Approval Policy”, pois o meu primeiro instinto foi traduzir por “Política para a aprovação de contratos globais”, uma tradução que indicaria que a política trataria especificamente de contratos globais, mas só ao continuar a tradução do texto é que foi possível identificar que a política estava concebida de forma a ser abrangente, aplicada em qualquer situação e para qualquer contrato, logo, era necessária uma tradução que conferisse o carácter global e abrangente à política em si. A tradução mais adequada acabou por ser “Política global para a aprovação de contratos”.

O segundo problema de tradução que tive ao traduzir regulamentos foram os termos específicos da empresa como é o caso do termo “Standing Approval”, que se refere a uma aprovação com um período mínimo de 12 meses, mas que não é irrevogável ou definitiva, apenas estará indefinidamente em vigor até que seja revogada ou as suas condições sejam alteradas. As minhas primeiras hipóteses foram “Aprovação temporária” e “Aprovação em vigor”. A primeira alternativa pareceu adequada devido à definição do termo que indica um prazo final em que a aprovação deixa de ser absoluta, no entanto, este termo já existia dentro do vocabulário estabelecido da empresa mas é utilizado para aprovações com períodos mínimos de 6 meses ou menos em que há uma intenção clara de realizar uma eventual alteração, enquanto que a aprovação em vigor poderia aplicar-se a qualquer aprovação durante ou após o seu período mínimo, antes de ser alterada. A “Standing Approval” tem uma conotação mais duradoura e há uma boa probabilidade de nunca vir a ser alterada ou revogada. A tradução final que acabou por ser acordada com o cliente foi “Aprovação Permanente” que apesar do seu nome não é definitiva, algo que é clarificado na secção dedicada a definir o termo. A tradução parece ambígua e até mesmo incorreta, mas, tal como dita a teoria de Skopos, para um tradutor profissional o importante é a satisfação das necessidades do cliente e neste caso foi necessário escolher um termo que não entrasse em conflito com a linguagem já estabelecida e normatizada dentro da empresa.

Um dos contratos traduzidos tinha o objetivo de estabelecer a empresa A como fiadora da dívida da Empresa B para com a empresa C, com a definição de todas as condições e obrigações do fiador. As indicações dadas pelo cliente ao começar o trabalho foram traduzir de acordo com a ortografia pré-acordo ortográfico, pois o país de destino era a Angola que ainda utiliza a ortografia antiga, e entregar uma tradução que pudesse desempenhar a mesma função legal que o documento de partida.

A primeira dificuldade encontrada ao traduzir este contrato foi o comprimento e complexidade das frases. As frases eram mais extensas e difíceis de interpretar do que os outros documentos legais traduzidos durante o estágio. Um exemplo que ilustra as dificuldades mencionadas é a seguinte frase:

Only with Guarantor's prior written consent the Bank may, from time to time, without discharging or in any way affecting the liability of the Guarantor hereunder grant to the Customer or to any other person any time or indulgence or renew any bills, promissory notes or other negotiable or non-negotiable instruments or securities, give up, deal with,

exchange, vary, realise, release or abstain from perfecting or enforcing any guarantees, liens, bills, notes, mortgages, securities or other rights which the Bank may now or hereafter have from or against the Customer or any other person (...) in such manner as the Bank may think expedient or omit to inform the Guarantor of any breach by the Customer and no such act or omission on the part of the Bank shall in any way discharge or diminish the validity of this Guarantee or affect the liability of the Guarantor hereunder.

Para quem traduz com CAT Tools como o Trados, frases destas aparecem como um único segmento de mais de duzentas palavras. Isto dificulta o raciocínio e interpretação do tradutor e coloca o dilema: é preferível dividir a frase em duas ou três partes para facilitar a leitura ou respeitar a estrutura original? No caso desta frase, a função que desempenha é a enumeração de todos os procedimentos e ações que necessitariam a permissão por escrito do Fiador para serem realizadas. Para separar este segmento em duas ou mais partes seria necessário voltar a introduzir e explicar aquilo a que a enumeração se referia, portanto, para evitar complicações desnecessárias e respeitar a estrutura original foi mantido o comprimento da frase original. Para ter sucesso ao traduzir desta forma é necessário entender a frase e dividir os segmentos das frases por funções para determinar onde termina um elemento com a função explicativo e quando recomeça a parte principal da frase. Um exemplo é a seguinte porção da frase acima: “Only with Guarantor's prior written consent the Bank may, from time to time, without discharging or in any way affecting the liability of the Guarantor hereunder grant to the Customer”. Esta curta porção da frase supramencionada deve ser devidamente dividida em três partes.

Núcleo da frase	Explicação de frequência	Condição de execução
Only with Guarantor's prior written consent the Bank may (...) grant to the Customer	from time to time	without discharging or in any way affecting the liability of the Guarantor hereunder

Tabela 3

Ao realizar esta divisão, é fácil utilizar a pontuação para separar estas partes em orações subordinadas adjetivas relativas explicativas, o que permitirá ao tradutor produzir uma tradução clara e fácil de compreender.

Tradução: Só com o consentimento prévio por escrito do Fiador é que o Banco poderá, de tempos em tempos, sem descartar ou de qualquer forma afectar a responsabilidade do

Fiador perante o presente documento, conceder ao Cliente ou a qualquer outra pessoa, qualquer tempo ou indulgência ou renovar quaisquer facturas, notas promissórias ou outros instrumentos ou valores negociáveis ou não negociáveis, desistir, negociar, trocar, variar, realizar, liberar ou abster-se de aperfeiçoar ou executar quaisquer garantias, penhoras, facturas, notas, hipotecas, títulos ou outros direitos que o Banco possa, agora ou no futuro, ter perante ou contra o Cliente ou qualquer outra pessoa(...) de tal maneira que o Banco considere útil ou omita informar ao Fiador sobre qualquer violação por parte do Cliente e nenhum acto ou omissão por parte do Banco deverá, de forma alguma, eliminar ou diminuir a validade desta Garantia ou afectar a responsabilidade do Fiador.¹

Ao traduzir contratos, outras dificuldades encontradas foram a manutenção consistente de um registo elevado e assegurar que as traduções mantinham o efeito e a validade legal do texto de partida. Ao traduzir com a intenção de replicar a estrutura gramatical do texto de partida, desperdicei oportunidades de traduzir com um registo mais elevado e adequado para o contexto de contratos. Um dos meus problemas foi respeitar incondicionalmente os tempos verbais do texto original, algo que costuma ser a prática natural. Esta prática revelou não ser a melhor, pois, a utilização do passado em contratos escritos em inglês, dependendo do contexto, nem sempre deve ser replicada na sua tradução para o português por questões de validade legal. Esta prática, ao por em questão a validade legal da tradução, pode resultar na recusa de assinar o contrato e em consequentes perdas financeiras para os clientes. Alguns exemplos de traduções melhoradas em termos de registo e validade legal:

Texto de partida	Tradução proposta	Tradução melhorada
Guarantor confirms that when the Guarantor signed this Guarantee: the Guarantor had read and understood it;	O Fiador confirma que <u>quando assinou esta</u> Garantia: o Fiador a leu e entendeu;	O Fiador confirma <u>que ao assinar</u> esta Garantia: o Fiador a leu e entende;
The Guarantor confirms that when the Guarantor signed this Guarantee: it was not subject to any	O Fiador confirma que <u>quando assinou esta</u> Garantia: <u>não estava sujeita</u> a quaisquer condições que	O Fiador confirma que ao <u>assinar esta Garantia: a mesma não está sujeita a</u> quaisquer condições que

¹ Texto traduzido de acordo com a Reforma Ortográfica de 1911.

conditions which prevented or delayed its coming into force or otherwise affected its provisions	impedisse ou atrasasse a sua entrada em vigor ou afectasse as suas disposições;	impeçam ou atrasem a sua entrada em vigor ou afectem ¹ as suas disposições;
--	---	--

Tabela 4

Um exemplo em que se pode manter o passado, pois não afeta a validade legal da tradução é “leu e entende” visto que a ação de ler se realizou antes de assinar o contrato, porém, é favorável colocar o verbo “entender” no presente pois é uma condição para a entrada em vigor do contrato e é preferível passar a ideia de um estado constante de entendimento. Seguindo o mesmo raciocínio, para replicar devidamente o efeito legal do contrato, ao traduzir a frase “it was not subject to any conditions which (...) otherwise affected its provisions” também foi importante mudar o tempo verbal de forma a que as disposições descritas no contrato se aplicassem durante a sua vigência. Em situações como estas, a solução é trocar o tempo verbal para o presente ou futuro do subjuntivo, de acordo com o que for mais adequado para a situação em questão.

No que toca à manutenção do registo típico dos contratos, apesar da frase “O Fiador confirma que quando assinou” não ser uma tradução errada, um método que me foi sugerido para elevar o registo foi a substituição do tempo verbal pelo infinitivo, como é o caso do exemplo “O Fiador confirma que ao assinar”. É então possível concluir que, apesar de nenhuma das traduções propostas induzirem o leitor em erro com representação indevida de informação, apresentavam desafios comuns que os tradutores enfrentam ao tentar adequar as suas traduções ao tipo de texto a traduzir e às funções que estas irão desempenhar.

A dificuldade mais frequentemente experienciada durante a tradução de textos de cariz legal foi a tradução de termos pelos seus cognatos. Esta dificuldade esteve presente em todos os tipos de texto legal traduzidos e as razões da dificuldade foram diversas. A falta de formação legal traduziu-se numa constante incerteza durante a tradução de termos, visto que me deparei com vários casos em que as traduções diretas pareciam a escolha óbvia, mas criariam traduções pouco naturais ou até mesmo inadequadas. A seguinte tabela mostrará alguns exemplos de “falsos amigos”.

Termo de partida	Tradução direta inadequada	Tradução apropriada
the volatility and fragility of <u>electronic evidence</u>	com a volatilidade e a fragilidade das <u>evidências eletrônicas</u>	com a volatilidade e a fragilidade das <u>provas eletrônicas</u>
The trainer should explain the <u>domestic power</u> relating to <u>production orders</u> .	O formador deve explicar o <u>poder doméstico</u> relacionado às <u>ordens de produção</u> .	O formador deve explicar o <u>poder interno</u> relacionado às <u>injunções de produção de provas</u> .
<u>Domestic law</u> may specify certain offences to be serious in nature.	A <u>legislação doméstica</u> pode especificar certas ofensas como sendo de natureza grave.	A <u>legislação nacional</u> pode especificar certas ofensas como sendo de natureza grave.
To explore solutions on <u>criminal justice</u> access to evidence stored	Para explorar soluções sobre acesso à <u>justiça criminal</u> a provas armazenadas	Para explorar soluções sobre acesso à <u>justiça penal</u> a provas armazenadas

Tabela 5

O primeiro exemplo trata-se do falso amigo “evidências” para traduzir “evidence”. Este falso amigo é enganador pois no contexto apresentado acima não faria sentido, porém, se o contexto fosse “in evidence”, a tradução correta seria “em evidência”.

A maior fonte de incerteza durante o processo de tradução foi a pesquisa em si. Tal como foi anteriormente mencionado, muitos termos têm diversas traduções que devem ser escolhidas de acordo com o que é mais adequado para transmitir o conceito correto no contexto específico do texto de partida. Esta tarefa é especialmente difícil para quem apenas tem formação linguística e, portanto, tem um conhecimento limitado dos conceitos jurídicos, o que dificulta a escolha do termo adequado. Esta dificuldade só pode ser colmatada com experiência que conferirá ao tradutor os conhecimentos de que precisa ou com pesquisa minuciosa.

Ao dispensar as atividades de pesquisa para entender os conceitos, os tradutores focam-se em encontrar traduções prévias do termo e fazem escolhas não fundamentadas, o que cria uma “léxico-prudência” como defende M. Guia na sua frase:

[...] translators should cross-check with existing translations in the target language (which might be already wrong) and use their own judgement to determine which terms should be used. More often than not, this choice is based on the sensibility (or lack thereof) of the legal translator, who creates a “lexico-prudence” for other translators who will invariably come to use this term as the basis of future translations in the same field. (Guia, 2015, 120)

Com esta frase, Guia explica que traduções não fundamentadas criam um precedente que poderá influenciar futuros tradutores a replicar a tradução errada ao encontrarem os termos traduzidos desta forma. Visto que se tem verificado um aumento de escolhas influenciadas pelo desejo de autopreservação do tradutor, que consiste em seguir a tradução termo mais frequentemente utilizada, pois é a escolha mais fácil de justificar perante o cliente e resulta no menor risco e tempo de pesquisa, a léxico-prudência terá uma influencia cada vez maior na tradução legal. Os seguintes termos simples e compostos alguns exemplos em que o contexto pode exigir traduções diferentes:

Exs.: Prosecutor - Procurador / Magistrado / Advogado

Judge - Juíz / Magistrado

Disclosure - Divulgação / Revelação / Transparência / Publicação

Legal mandate - Mandato legal / Mandato jurídico / Mandato judicial

Registrar – Escrivão / Registador / Secretário

Ao traduzir estes termos em dezenas de contextos diferentes encontrei várias hipóteses para cada e, devido à falta de tempo para pesquisar e entender todos os conceitos e contextos necessários para fazer uma escolha informada, por vezes, o método de tradução eleição também foi o de escolher termo de tradução mais frequentemente utilizado e, portanto, mais seguro. As correções de quaisquer escolhas menos que ideais foram-me comunicadas e explicadas após o período de revisão, o que serviu para evitar a repetição dos mesmos erros.

3. Tradução jurídica no setor de cooperação internacional

When you offer a translation to a nation, that nation will almost always look on the translation as an act of violence against itself.

Lefevere, 1992

Translation can be described as an act of violence against a nation only because nationalist thinking tends to be premised on a metaphysical concept of identity as a homeogenous essence (...).

Venuti, 2013

Juntamente com a tradução de obras canónicas ligadas a uma nacionalidade, a tradução jurídica é uma inegável fonte de contestação de ofensas ao texto de partida e um constante choque entre identidades. A tradução é, e sempre foi, uma ferramenta de afirmação cultural e que é utilizada para afirmar identidades culturais com fins nacionalistas. Esta utilização é algo tão frequente que Venuti chega a defender no seu capítulo “Intentionality and the translator’s unconscious” (2013, 119) que por vezes os tradutores não estão cientes dos seus ideais que levam a determinadas escolhas nacionalistas e de subversão de outras culturas devido à forma natural e subconsciente como eles se criam, devido à utilização no dia-a-dia durante interações sociais. Ao traduzir textos jurídicos culturalmente sensíveis, a falta de consideração sobre a mediação intercultural pode ter efeitos económicos, políticos e sociais graves. É por isto que durante o capítulo 3.1 se debaterá sobre a medida em que a tradução pode influenciar identidades nacionais e relações internacionais e como se pode proceder à mediação intercultural para evitar esses problemas.

3.1 O papel do tradutor jurídico como mediador intercultural

Na sociedade de hoje em dia, especificamente na Europa, a tradução de textos jurídicos, tanto privados como institucionais, é constante devido em parte às políticas de tradução da União Europeia. Um exemplo de tradução enquanto ferramenta de imposição de posição política e de nacionalismo, é a passagem da língua inglesa à sua posição enquanto língua franca, algo que Mary Snell-Hornby refere no seu artigo “Translation and The European Identity – A Cross-Cultural Problem?” (2001, 13) como razão o domínio tecnológico e cultural da América do Norte, a estrutura linguística do inglês, que é fácil de aprender e utilizar em comunicações do dia-a-dia, aliada à flexibilidade da língua e à abertura não purista das instituições culturais cuja língua oficial é o inglês.

O resultado destas características é o aparecimento de inúmeras variantes de inglês distintas do inglês britânico e do inglês americano. A autora refere ainda que um dos principais fatores de influência de uma língua é o poder económico dos países que a falam. A língua torna-se mais influente com o poder do país e por sua vez é utilizada como uma ferramenta para aumentar a influência do mesmo:

Language, as a part of culture, is one of the most potent means of expression of cultural identity, along with those non-verbal conventions, norms and rules of conduct to which members of a group are encouraged to conform by upbringing or any other process of socialization. (Snell-Hornby, 2001, 14)

O problema de utilizar línguas como ferramentas é o efeito que têm nas identidades culturais dos seus povos, quer sejam os de línguas centrais ou periféricas dentro do polissistema mundial. Tomemos como exemplo desta primeira instância o inglês, uma língua central dentro deste polissistema. A sua posição como língua franca levou ao aparecimento de várias variantes da língua, ao ponto de o inglês ser chamado de propriedade mundial, o que significa que o poder de alteração e evolução da língua deixou de ser exclusivo para os países em que é a língua oficial, criando em alguns native speakers, que consideravam a língua como uma parte integral da sua identidade nacional, uma sensação de perda da mesma.

Por sua vez, as línguas com uma posição periférica dentro do polissistema mundial são constantemente negligenciadas e as culturas e regimes jurídicos de partida dos seus países são alvos de generalizações para se adaptarem melhor ao inglês institucional e altamente normatizado. Prova disto é que a União Europeia, provedora de um dos maiores serviços de tradução do mundo, sempre deteve o ideal de que todos os documentos oficiais que passam pela instituição deviam ser alvos de tradução para todas as línguas da comunidade para haver uma igualdade entre todos os países e as suas respetivas línguas.

No entanto, possivelmente devido à falta de recursos para executar a tradução de todos os documentos para todas as línguas, a realidade é que a comunicação dentro da União Europeia é geralmente realizada através da língua franca, o inglês, e ocasionalmente através das línguas de dois dos países mais economicamente dominantes dentro da União, o francês e o alemão. Snell-Hornby (2001, 15) ilustra até que ponto a língua está correlacionada a identidade cultural, política e nacional ao mencionar uma reunião de ministros na Finlândia em 1999 que foi boicotada pelos ministros alemães e austríacos pelo facto de alemão não ser uma das línguas trabalhadas durante essa reunião.

É então possível traçar a comparação entre esta situação e a realidade de tradução, em que decisões são tomadas constantemente e qualquer falha por parte do tradutor ao realizar a transferência cultural ou legal pode ser interpretada como um ato de violência para com uma nação.

A posição política e económica dos países pode realmente ainda ter uma grande influência na posição das línguas, porém, é um facto que mesmo assim há uma grande aposta por parte da União Europeia no que toca à integração cultural e para isso, é colocado ênfase em encontrar tradutores que sejam não só especialistas em línguas, mas também em comunicação intercultural. Dito isto, o que faz de um tradutor um bom mediador intercultural? Que tipo de tradutores é que melhor servirão os propósitos da tradução jurídica sem prejudicar relações internacionais?

Há quem diga que a resposta às questões anteriores colocadas está na invisibilidade do tradutor. S. Prata (2014) defende bem a sua posição no que toca a este assunto, referenciando Pommer (2008):

[...] viewing the legal culture in original form while retaining stance as outsider even when acquiring an insider's view well describes the position a legal translator/legal cultural mediator should take to fulfil his task. (Prata, 2014, 38)

Esta perspetiva é-me difícil de refutar. Ao enfrentar os desafios de traduzir um texto legal para um público com conhecimentos e experiências baseadas em culturas e/ou regimes jurídicos diferentes, a preocupação de não incutir na tradução a interpretação ou ideais do tradutor é uma forma de consideração do tradutor para com o autor ou a cultura de partida e permite a comunicação mais autêntica e direta possível entre emissor e recetor. Porém, a adoção desta estratégia não deve ser inquestionada ou automática. Se todas as situações e combinações de línguas e culturas permitissem a adoção da mesma estratégia, a função do mediador cultural seria muito mais fácil do que é na realidade. Tomemos, como exemplo ilustrativo, o caso de duas culturas com valores vastamente diferentes como um país europeu altamente liberal e um país fortemente conservador do médio oriente.

Ao traduzir direitos e leis mutuamente controversas, como é o exemplo dos direitos das mulheres ou o casamento entre homossexuais, uma tradução direta e sem a mediação ideológica do tradutor pode resultar em graves consequências relativamente às relações internacionais. Isto não significa que o tradutor possa alterar a mensagem do

autor, devendo simplesmente controlar a forma como a informação é apresentada, uma tarefa complicada pois requer encontrar um equilíbrio delicado que deixe ambas as partes satisfeitas.

É por tudo o supramencionado que defendo que a estratégia de consideração primária deve ser a de adaptação cultural mantendo, sempre que possível, a invisibilidade do tradutor, mas que é importante saber adaptar a cada situação individualmente, empregando uma estratégia de manipulação mutuamente satisfatória do texto, sempre que for necessário.

Conclusão

Em conclusão, a tradução jurídica é uma área de especialização extramente complexa com diversas dificuldades inerentes. Para lidar com tais dificuldades, os tradutores têm de tomar escolhas conscientes, pois é frequente que se encontrem numa posição em que têm de traduzir entre dois regimes jurídicos diferentes, para públicos com diversos níveis de conhecimentos e em que têm de desempenhar a função de mediador entre diferentes culturas.

Há várias perspetivas sobre o que faz de um tradutor um bom profissional de tradução jurídica. Uma perspetiva é que para interpretar e converter adequadamente a informação dos textos é necessário ter conhecimentos da área. No entanto, devido ao elevado volume de textos jurídicos que circulam no mercado de tradução, é um ideal pouco prático e realista. Há ainda quem defenda que a melhor forma de combater estes desafios é a criação de recursos abrangentes e normativos, porém, devido à própria natureza da área, é quase impossível criar recursos que se adequem a todos os assuntos ou tipos de texto existentes.

Deste modo, é possível defender que as variáveis mais importantes são a formação, que deve focar-se em criar tradutores com uma grande capacidade de interpretação, de manipulação linguística e de rigor terminológico e as características do tradutor jurídico que deve ter criatividade e adaptabilidade para lidar com novos problemas sobre os quais há pouca informação ou precedentes e com as alterações do mercado de tradução.

Pode ainda verificar-se que as tendências do mercado de tradução têm sido para a exigência de traduções cada vez mais rápidas e baratas e, para conseguir responder às exigências dos clientes, é frequente que os tradutores se encontrem numa situação em que é impossível pesquisar todos os termos, conceitos e contextos. Portanto, é possível que, cada vez mais, os tradutores criem hábitos de negligência e se apoiem cada vez mais em “lêxico-prudências” conforme definidas por M. Guia (2015, 120). A realidade é que nesta era digital, a função de pesquisa mais e prática para tradutores com restrições de tempo é a internet, que apesar de conter grandes quantidades de recursos para os tradutores, está repleta de informações erradas e inadequadas.

Para colmatar este problema, uma possível solução seria a compilação, por parte de instituições de renome e com influência, dos erros de tradução cometidos com a maior frequência e de listas dos websites informativos e documentos online mais comumente utilizados como referência por tradutores jurídicos e que não são fidedignos. Isto não eliminaria as jurisprudências existentes online, mas poderia desencorajar e reduzir a sua utilização.

Bibliografia

- About Us [página da Traduquest], (n.d.). Extraído a (26/03/2019), <http://www.traduquest.com/about-us/>.
- Alcaraz, Enrique & Brian Hughes (2014). *Legal Translation Explained*. London/ New York, Routledge.
- Bajčić, Martina (2017). *New Insights into the Semantics of Legal Concepts and the Legal Dictionary*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.
- Bestué, Carmen (2015). Translating law in the digital age. Translation problems or matters of legal interpretation?. *Perspectives. Studies in Translatology*, 24 (4), 576-590.
- Byrne, Jody (2006). *Technical translation. Usability strategies for translating technical documentation*. Dordrecht, Springer.
- Guia, Maria João (2015). *Building ideologies: bias in the legal translation of Irregularity/Illegality terminology* (Dissertação).
- Hoffmann, Lerch (1991). Texts and text types in LSP. In H. Schröder (Ed.), *Subjectoriented Texts* (pp. 158-166). Berlin, Walter de Gruyter.
- Jeanpierre, Eric (2011). The pitfalls of legal translations between legal systems from two different legal families: a focus on translations of French legal material into English. *Lapland Law Review*, 1(1), 144-164.
- Lefevere, André (1992). *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*. London/ New York, Routledge.
- Newmark, Peter (1988). *A Textbook of Translation*. New York, Prentice Hall International (UK), Ltd.
- Olohan, Maeve (2009). Scientific and Technical Translation. In Mona Baker & Gabriela Saldanha (Eds.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (p. 425). London/ New York, Routledge.
- Pommer, Sieglinde E. (2008). Translation as intercultural transfer: The case of law. *SKASE Journal of Translation and Interpretation*, 3.1, 17-21.

- Prata, Sónia (2014). *A Tradução Jurídica no Âmbito da Cooperação Judiciária Internacional* (Relatório de Estágio). Extraído de Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa.
- Ramos, Fernando (2018). *Institutional Translation for International Governance: Enhancing Quality in Multilingual Legal Communication*. London, Bloomsbury Academic.
- Snell-Hornby, Mary (2001). Translation and European Identity – A Cross-Cultural Problem. In João Ferreira Duarte. *A tradução nas encruzilhadas da cultura*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 14-15.
- Sobral, Tânia (2017). *Tradução jurídica assistida por computador. Uma avaliação* (Relatório de Estágio). Extraído de Repositório da Universidade de Lisboa.
- Venuti, Lawrence (1995). *The Translator's Invisibility*. London/ New York: Routledge.
- Venuti, Lawrence (2013). *Translation Changes Everything: Theory and Practice*. London/New York, Routledge.
- Zethsen, Karen (1999). The Dogmas of Technical Translation - Are They Still Valid?. *Hermes - Journal of Linguistics*, 23, 65-75.

Anexos

Textos traduzidos:

2 Contratos

- A. Contrato a estabelecer uma empresa como fiadora da dívida da Empresa A para com a empresa B, com a definição de todas as condições e obrigações do fiador.
- B. Correção e atualização do contrato inicialmente traduzido.

2 Políticas e regulamentos empresariais

- A. Regulamento interno e políticas sociais de uma empresa especializada no fabrico de rolamentos, que inclui tópicos como políticas de igualdade de género, denúncia de assédio sexual, código de conduta e políticas de iniciativas comunitárias.
- B. Políticas empresariais para a aprovação de contratos com terceiros.

4 Manuais de formação

- A. Instruções para autoridades sobre os métodos adequados de obter e processar provas eletrónicas.
- B. Instruções para autoridades sobre os possíveis desafios de lidar com provas eletrónicas e as consequências do processamento indevido das mesmas.
- C. Instruções para autoridades sobre como solicitar assistência e cooperação por parte de outros países ou instituições privadas para combater cibercrime.
- D. Instruções para juízes e procuradores sobre como proceder ao lidar com o cibercrime com uma prioridade em destacar as diferenças de procedimentos para países cujo sistema legal não é o Direito Comum.

2 Declarações

- A. Declaração de tradução fidedigna
- B. Declaração de veracidade de informação

2 Termos e condições de serviços

- A. Termos e condições para a validade da garantia de um martelo pneumático.
- B. Termos e condições de utilização de um antivírus

1 Aplicação para negação de registo de marca

- A. Tradução de pedido de negação de registo de marca de uma empresa rival por querer registar um nome de marca demasiado parecido.

67 Certificados

- A. 20 certificados médicos
- B. 20 certificados de idoneidade
- C. 25 certificados de habilitações
- D. 1 certificado de nascimento
- E. 1 certificado de casamento